



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010406-24.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**
 Requerido: **Erica Helena Santa Maria**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

Trata-se de **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO** com pedido liminar para reaver o veículo descrito a fl. 02, proposta por **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A** em face de **ERICA HELENA SANTA MARIA**, todos devidamente qualificados.

A liminar pleiteada foi deferida (fls. 43).

Às fls. 52/55, antes mesmo do mandado cumprido ser encartado aos autos, a requerida trouxe sua defesa, confessando o débito e efetuando depósito para fins de emenda da mora (fls. 72/73).

Pela decisão de fls. 74 foi determinada a restituição do bem apreendido, o que foi efetivado às fls. 101/105.

É O RELATÓRIO.

DECIDO no estado em que se encontra a **LIDE** por se tratar de questão exclusivamente de direito.

A requerida, exercitando o direito que lhe confere a lei, pleiteou e teve deferida a possibilidade de reaver o bem apreendido, purgando a mora, efetuando o depósito de R\$ 22.200,00 (fl.72/73) com o que concordou o requerente (fl. 91).

O prazo para o devedor requerer a emenda da mora é o mesmo para a consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor: cinco dias após a execução da liminar.

No presente caso, cabe ressaltar que no dia seguinte a juntada do mandado aos autos, a requerida veio e depositou o valor do débito (cf. fls. 72/73).

Dessa forma, ambas as partes obtiveram a tutela jurisdicional pleiteada.

Pelo exposto e o que mais dos autos consta, **JULGO EXTINTA** a presente ação com

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fundamento no artigo 487, III, “a” do CPC.

Defiro ao requerente o levantamento da quantia depositada, expedindo-se os necessários mandados, independentemente do trânsito em julgado da decisão.

Cabe à financeira emitir o necessário para que o bem seja liberado da restrição financeira.

Como a postulada confessou a mora – que inclusive emendou – é caso de ser comunicada, agora, a quitação da dívida aos órgãos de proteção ao crédito. Oficie-se para tanto.

Eventuais custas em aberto ficarão a cargo da requerida, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Após, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**